



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

Ao abrigo do n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **convoco** a Assembleia Municipal para uma **Sessão Ordinária**, a realizar no dia **29 de novembro de 2024**, pelas **17h**, no **auditório do Pavilhão da AGRIVAL de Penafiel**, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ata da sessão anterior.
2. Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
3. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Construção de Edifícios Municipais" - (Reabilitação de Edifício nas Termas de São Vicente para Instalação de Serviços), para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.
4. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativa às obras de "Construção de Edifícios Municipais" e de "Reabilitação da Casa da Sobreira em Rio Mau para Instalação de Serviços", para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.
5. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativa às obras de "Construção do Pavilhão Desportivo das Termas de S. Vicente" e de "Pavimentação da Estrada de Ordins ao Centro de Lagares, Freguesia de Lagares e Figueira - 1ª Fase", para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.
6. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Requalificação da Escola Básica de Penafiel Sudeste", para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

7. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Requalificação da Escola Básica de Peroselo", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

8. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Construção da Creche Municipal em Paço de Sousa", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

9. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Requalificação das Salas de Aula da Escola D. António Ferreira Gomes", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

10. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Arranjos Urbanísticos na Cidade e Freguesias" - (Arranjo da Envolvente ao Pavilhão Gimnodesportivo de Rio de Moinhos), para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

11. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025 e 2026, relativas à obra de "Requalificação do Pavilhão Municipal Fernanda Ribeiro", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

12. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas ao procedimento de "Aquisição de Serviços na Área de Seguros", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

13. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas a "Exploração e Gestão de Aterro Sanitário (Inter Municipal)", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

14. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Arranjos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

Urbanísticos na Cidade e Freguesias - Arranjos da Envolvente do Campo de Futebol de Oldrões", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

15. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Execução de Estradas e Caminhos Municipais - Abertura da Rua do Terminal Ferroviário Urrô - Freguesia de Guilhufe e Urrô", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

16. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Grandes Reparações e Arranjos de Logradouros Escolares - Requalificação do Logradouro e Execução de Campo de Jogos e Recreio na EB1 Torre (Urrô) - Freguesia de Guilhufe e Urrô", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

17. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Arranjos Urbanísticos na Cidade e Freguesias - Arranjos Exteriores na Envolvente à Casa Mortuária de Eja", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.

18. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades e 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Investimentos, para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

19. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento da Derrama para o ano de 2025 - Lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2025, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e a isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€, incidente sobre o lucro tributável, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, ao abrigo do disposto no n.º 24, do artigo 18º, da mesma Lei e de acordo com disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

20. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa Fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2025, nos seguintes termos: Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3%; Dedução fixa, no valor de 70€, para os agregados familiares com três ou mais dependentes, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, de acordo com o n.º 1, do artigo n.º 112-A do CIMI, e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

21. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Participação Variável Participação Variável no IRS para o ano 2025 – Fixação, para os rendimentos do ano de 2025, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS e para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

22. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2025 em 0,25%, nos termos do Regulamento n.º 38/2004, de 29 de setembro, nos termos do Regulamento n.º 38/2004, de 29 de setembro, nos termos do Regulamento n.º 38/2004, de 29 de setembro e para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual.

23. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da atualização dos valores das taxas e outras receitas municipais para o ano de 2025, de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º, do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Penafiel.

24. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Mapa de Pessoal para o ciclo de gestão de 2025, para os efeitos previstos no art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

25. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2025, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Plano Anual de Aquisições, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

26. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Penafiel, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

27. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação da Estratégia Municipal de Saúde, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 7º, do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro na sua versão atual.

28. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto de Regulamento Interno da Creche Municipal de Santa Marta, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

29. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Penafiel, para efeitos do disposto no n.º 2 do Art.º 14º, da Lei nº 98/2021, de 31 de dezembro,

30. Discussão e votação da proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Termas de São Vicente para elevação daquela povoação à categoria de vila, para efeitos do disposto na no n.º 3 do Art.º 8º, da Lei nº 24/2024, de 20 de fevereiro.

31. Conhecimento das minutas das atas e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Aditamento)

32. Discussão e votação da minuta do acordo de mutação dominial a celebrar entre Infraestrutura de Portugal, SA e o Município de Penafiel, relativo à integração do troço da estrada da EN320 entre o Km 6,615 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -10578 e -174.533) e o Km 11,547 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -12.514 e -170.936), na rede viária do Município de Penafiel, na extensão de 4,932 Km, conforme esboço corográfico que constitui o anexo I ao acordo e que dele faz parte integrante, para efeito do disposto da alínea q), do n.º 1, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Município, 26 de novembro de 2024

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Alberto Fernando da Silva Santos, Dr.)